



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- E M E R J -

PROVA DE SELEÇÃO - CP I

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A MAGISTRATURA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

8 DE JUNHO DE 2008

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

O Juiz é obrigado a observar, nas causas privadas que lhe são submetidas, os tratados e convenções em que o Brasil seja parte? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em que se diferencia a intervenção normativa da intervenção material? **(máximo de 20 linhas)**

II - DIREITO CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Distinga o depósito regular do depósito irregular, classificando o primeiro e definindo o segundo. Indique os dispositivos legais nos quais ambos se encontram previstos. **(máximo de 20 linhas)**.

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Discorra a respeito do instituto da reserva mental, inclusive no que tange às modalidades adotadas pela legislação civil. Deverá ainda ser procedida a diferenciação da reserva mental com relação ao instituto da simulação. **(máximo de 20 linhas)**.

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Tutela Inibitória: esclareça o seu desiderato, indique a sua fonte normativa constitucional e, também, a sua diferença em relação à tutela cautelar. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Determinado magistrado profere uma sentença em total desacordo com uma das súmulas vinculantes já criadas pelo STF. A parte vencida deixa de interpor recurso de apelação e a referida decisão transita em julgado. Somente após o transcurso de dois meses é que esta mesma parte opta por ajuizar uma “reclamação”, diretamente no Pretório Excelso.

Indaga-se: segundo jurisprudência dominante do STF, é cabível a utilização desta ação autônoma de impugnação quando a sentença, objeto da impugnação, já tiver transitado em julgado? Em outras palavras, a “reclamação” pode ser utilizada como sucedâneo de ação rescisória? **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

A exceção de impedimento do magistrado pode ser oferecida pelo interessado em qualquer momento do processo enquanto não for proferida sentença? E a de suspeição ou de competência relativa? **(máximo de 20 linhas)**

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Juquito Alimentos Ltda. ajuizou ação condenatória em face de Jumbo Sucos Industrializados Ltda., alegando que desde 1990 fabrica e comercializa sucos embalados em garrafas de vidro, com a marca “SUMO”, devidamente registrada no INPI, na classe de bebidas desde 1991. Contudo, recentemente, tomou conhecimento de que a ré fabrica e comercializa sucos embalados também em garrafas, com a marca “SUMOS”, seguida da palavra “sabores” em letras menores. Requer que a ré seja condenada a deixar de comercializar seus produtos com a marca “SUMOS”.

Citada, a ré alega que detém o registro da marca “SUMOS sabores” junto ao INPI desde 2002, na classe de bebidas e, portanto, não pode ser obrigada a deixar de utilizá-la.

Você, juiz, impediria a ré de utilizar a marca? Por quê? **(máximo de 20 linhas)**

2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Banco JVC S/A ajuizou ação de cobrança em face da sociedade JGB Serviços Ltda., em razão do descumprimento de obrigação de pagar quantia certa, assumida em contrato de mútuo, vencida e não paga. A diligência de citação foi frustrada por não localização da sociedade e o autor requereu a desconsideração da personalidade jurídica, para responsabilizar os sócios da ré que, no contrato de mútuo, são devedores solidários.

Como juiz, decida sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica. **(máximo de 20 linhas)**

V - DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Que se entende por “aberratio ictus”? Há distinção entre este e o erro sobre a pessoa? Esclareça. (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Que é “sursis”, e quais seus tipos, previstos em nossa legislação penal? (máximo de 20 linhas)

3ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Capitule o crime ou crimes que exsurtem da seguinte notícia de jornal, com relação aos personagens envolvidos: (máximo de 20 linhas)

“GOLPE DA SAIDINHA DE BANCO”.

“Adamastor, de 26 anos, e o adolescente B., de 17, moradores na Ladeira dos Tabajaras, foram presos ontem em flagrante pelos policiais militares Cláudio e Décio, do 19º BPM, logo após haverem interceptado e subtraído da vítima Evilasio, de 72 anos, os R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) provenientes de um cheque que este havia descontado no caixa do banco.

O fato aconteceu quando a vítima saía da agência Copacabana do Banco Itaú, tendo sido ameaçada com uma arma de numeração raspada, portada por Adamastor. Para não serem conduzidos à 13º DP, a dupla ofereceu aos milicianos a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada um, a qual não foi aceita.

Na Delegacia, historiaram ao Escrivão que há várias semanas vinham se dedicando à prática do chamado “golpe da saidinha”, sempre escolhendo pessoas de mais idade para as subtrações, sendo que acompanhavam as vítimas até que surgisse o momento oportuno para a efetivação dos crimes.

O maior permaneceu preso e o adolescente foi encaminhado à DEAM.”

VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Autoridade policial apreendeu significativa quantidade de cocaína, que estava depositada em determinado lugar da Capital deste Estado, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. No curso do inquérito policial, resolveu indiciar Elesbão, eis que poderia estar configurado o crime definido no art. 33 da Lei 11.343/06. Todavia, o Ministério Público requereu o arquivamento dos autos do inquérito policial, dada a inexistência de qualquer indício de que Elesbão fosse o autor do crime. O juiz deferiu o pleito ministerial.

Sucedeu que a autoridade policial, conseguindo novos esclarecimentos sobre a autoria, os remeteu ao Ministério Público, o qual, pelo mesmo promotor de justiça que havia requerido o arquivamento, entendendo que a prova nova trazia fortes indícios de autoria, desarquivou os autos daquele inquérito e ofereceu denúncia. O juiz, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/06, mandou notificar Elesbão para que, no prazo de 10 (dez) dias, oferecesse sua resposta prévia. A seu turno, Elesbão, ao formular sua peça defensiva prévia, sustentou que a denúncia não poderia ser recebida por falta de legitimidade do promotor de justiça.

Nas circunstâncias, tendo em vista a preliminar defensiva, indaga-se se o juiz deve ou não receber a denúncia. **((máximo de 20 linhas))**

2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Aldebaram foi levado a julgamento pelo Tribunal do Júri por um crime de homicídio simples e por um crime de lesões corporais graves. Sucede que os jurados o absolveram do crime doloso contra a vida.

Neste caso, indaga-se quem deverá julgar Aldebaram pelo crime conexo, isto é, o de lesões corporais graves. **(máximo de 20 linhas)**

3ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Polifênia invadiu a residência de Cristófara e a rendeu, apontando-lhe uma arma de fogo municionada. Amarrou a ofendida e, em seguida, subtraiu de sua residência, o aparelho de som e a pequena televisão. Em sua denúncia, o Ministério Público imputou a Polifênia a prática do crime definido no art. 157, § 2º, I, do Código Penal e arrolou como testemunhas os dois filhos adolescentes da vítima, um com 14 (quatorze) anos de idade, outro com 16 (dezesesseis), os quais, por uma fresta da parede da sala da residência, haviam assistido a tudo e nada puderam fazer. Na data designada para que tais testemunhas prestassem seus depoimentos, o Ministério Público requereu ao juiz que determinasse a retirada da acusada da sala de audiência, porque os jovens temiam depor diante dela. Nas circunstâncias, a defesa requereu ao juiz que avisasse as testemunhas de que não estavam obrigadas a depor e, por isso, não havia necessidade de tamanha preocupação.

Indaga-se se o magistrado deve deferir ou indeferir o requerimento da defesa. **(máximo de 20 linhas)**

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR - QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)

Estabeleça as diferenças doutrinárias entre fato do produto e do serviço e entre vício do produto e do serviço, com base nas normas objetivas contidas na Lei 8078/90, não deixando, ainda, de explicitar os prazos decadenciais e prescricionais para cada caso. **(máximo de 20 linhas)**

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA

O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Damásio de Jesus

O princípio do estado de inocência ou, como preferem, da presunção de inocência, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º, LVII), determina, antes de a sentença condenatória transitar em julgado, a impossibilidade de se impor ao acusado de um crime qualquer medida de coação pessoal ao seu direito de liberdade, que se revista de característica de execução de pena. Proíbe-se a denominada “pena antecipada”, exceção às providências de natureza cautelar, como a prisão em flagrante, a preventiva e a temporária. Nesse sentido: TJSP, HC n. 79.434, *RJTJSP* 121/352.

Podem, assim, ser utilizados meios coativos contra o infrator penal, ainda que seja mero suspeito, durante a persecução punitiva, mesmo antes de ser instaurado inquérito policial. São legítimos, de modo que, enquanto não transitada em julgado a sentença condenatória, não podem ser tomadas contra o suspeito, indiciado ou réu medidas que seriam próprias da fase da execução, a não ser quando vinculadas à sua natureza cautelar, provisória e necessária. Por isso, dele decorrem outras regras, como: o sujeito só pode ser processado nas hipóteses previstas em lei; a cada um é assegurado o devido processo legal, obedecidos estritamente os ritos procedimentais; ninguém pode ser julgado sem citação regular; no terreno das provas, deve vigorar o brocardo *in dubio pro reo*; o fato que apresenta dúvida razoável quanto à sua ocorrência não pode ser considerado provado; não há presunção de dolo, de culpa ou de culpabilidade; por último, o réu tem direito a ver o seu caso julgado em um prazo razoável.

O princípio deve ser empregado com critério e equilíbrio, buscando-se uma justa posição entre o direito de punir do Estado e o direito penal público subjetivo de liberdade do cidadão. A medida a ser tomada precisa estar no meio-termo entre o respeito às garantias determinadas pela Constituição, como o devido processo legal, o contraditório, o princípio da dignidade, a plenitude de defesa etc., e a exigência da segurança social. Esta não pode sobrepor-se àquelas e vice-versa. O ponto de equilíbrio é aquele em que, resguardada a segurança social, a medida não se mostra injusta, cruel e desnecessária.

Estamos seguramente convencidos de que, mesmo que sejam providências de investigação, deve ser guardada a presunção de inocência. E não basta à autoridade afirmar que a determinação constitucional está sendo obedecida. Assim como à mulher de César não basta ser honesta, precisa *parecer* honesta, nos casos criminais não é suficiente que *pareça* que estão sendo obedecidas as regras da dignidade e da presunção de inocência do acusado: é necessário que isso esteja realmente ocorrendo.

Não é possível que, diante de provas ainda não submetidas ao contraditório, ainda que sejam consideradas firmes pela autoridade persecutória, o acusado seja exposto ao escárnio público como se já tivesse sofrido sentença condenatória. O mal é irreparável, mesmo que venha a ser absolvido.

Não estou defendendo uma Justiça Criminal frouxa nem suspeitos em face dos quais, não havendo provas seguras de inocência ou de autoria e materialidade, não foi escrita, ainda, sua verdadeira história. Incluo-me na totalidade dos brasileiros estarecidos diante de crimes hediondos cometidos no cotidiano, causando intensa repulsa à consciência nacional.

A atuação da Justiça Criminal deve ser justa, severa, eficiente e responsável; que o criminoso, atendidas a gravidade do crime e sua culpabilidade, cumpra *realmente* a pena merecida.

Mas é preciso cautela. Não da boca para fora.

(JESUS, Damásio de. O princípio da presunção de inocência. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, abr. 2008. Disponível em: <www.damasio.com.br>.)

1ª. QUESTÃO – REDAÇÃO (20 PONTOS)

Após a leitura do texto, desenvolva uma dissertação ARGUMENTATIVA, de cerca de 25 linhas, a respeito do tema:

O CLAMOR PÚBLICO E A IMPARCIALIDADE JURISDICIONAL.

2ª QUESTÃO - (10 PONTOS)

Considere o trecho a seguir em relação ao texto lido e marque a alternativa correta:

“A medida a ser tomada precisa estar no meio-termo entre o respeito às garantias determinadas pela Constituição, como o devido processo legal, o contraditório, o princípio da dignidade, a plenitude de defesa etc., e a exigência da segurança social. Esta não pode sobrepor-se àquelas e vice-versa.”

- A) O termo “esta” refere-se à “medida”.
- B) O termo “esta” refere-se à “Constituição”.
- C) A expressão “vice-versa” significa: As garantias determinadas pela Constituição não podem sobrepor-se à exigência da segurança social.
- D) A expressão “vice-versa” significa: As garantias determinadas pela Constituição podem sobrepor-se à exigência da segurança social.
- E) A expressão vice-versa significa: As garantias constitucionais não podem sobrepor-se à medida.

3ª QUESTÃO - (10 PONTOS)

Considere o trecho abaixo:

“Não estou defendendo uma Justiça Criminal frouxa nem suspeitos em face dos quais, **não havendo provas seguras de inocência ou de autoria e materialidade**, não foi escrita, ainda, sua verdadeira história.”

Reescreva a oração em negrito, empregando a conjunção correspondente ao sentido original da frase.

BOA SORTE !